

Parque florestal Antônio de Albuquerque: área verde e qualidade de vida urbana na cidade de Campo Grande/MS

FREDERICO KOCHHANN DOS SANTOS*

MARCOS ANDRÉ DA SILVA CUNHA**

NATANIÉL DAL MORO***

Resumo Este artigo aborda o objeto de estudo Parque Florestal Antônio de Albuquerque, localizado na área central da cidade de Campo Grande, capital política do Estado de Mato Grosso do Sul/Brasil. O objetivo central consistiu em verificar a importância deste equipamento para a edificação do desenvolvimento local com foco na área urbana desta cidade. O método de procedimento pautou-se no Método do Estudo de Caso e as técnicas aplicadas foram as de observação direta extensiva e observação direta intensiva. Podemos destacar que o referido ambiente contribuía positivamente para a melhoria da qualidade de vida urbana da população. Nesse sentido, o Parque Florestal Antônio de Albuquerque pode e deve ser pensado como um relevante contributo à implementação do Desenvolvimento Local em áreas urbanas.

Palavras-chave: Estado de Mato Grosso do Sul/Brasil; Cidade de Campo Grande; Territórios urbanos; Área verde; Qualidade de vida urbana.

Resumen

Este artículo tiene como objeto de estudio el Parque Forestal Antônio de Albuquerque, ubicado en el área central de la ciudad de Campo Grande, capital política del Estado de Mato Grosso do Sul / Brasil. El objetivo central consistió en verificar la importancia del equipamiento de esta edificación para favorecer el desarrollo local en el área urbana de esta ciudad. Se utilizó un método del estudio de caso, y las técnicas aplicadas fueron las de observación directa intensiva y extensiva. Podemos destacar que este proyecto contribuye positivamente a la mejora de la calidad de vida urbana de la población. En ese sentido, el Parque Forestal Antônio de Albuquerque puede y debe ser pensado como una relevante contribución a la implementación del Desarrollo Local en áreas urbanas.

Palabras clave: Estado de Mato Grosso do Sul / Brasil; Ciudad de Campo Grande; Territorios urbanos; Área verde; Calidad de vida urbana.

* Gerente de Projetos na Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT). Mestre em Desenvolvimento Local pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). E-mail: fks14@hotmail.com

** Técnico administrativo na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Mestre em Desenvolvimento Local pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Especialista em Gestão Empreendedora de Negócios (UNIGRAN). Bacharel em Direito (UNIGRAN). Bacharel em Administração (UCDB). E-mail: admmsc@gmail.com

*** Pesquisador vinculado ao Núcleo de Estudos de História Social da Cidade (NEHSC) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Doutor em História Social pela PUC-SP, com estágios pós-doutorais em História do Brasil pela Universidade Nova de Lisboa (UNL) e em Desenvolvimento Local pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Professor responsável pela orientação deste trabalho. E-mail: natanieldalmoro@bol.com.br

Parque florestal Antônio de Albuquerque: área verde e qualidade de vida urbana na cidade de Campo Grande/MS¹

Introdução

Este trabalho resulta das atividades empreendidas entre os anos de 2015 a 2017 no âmbito do projeto de pesquisa intitulado “Parque Florestal Antônio de Albuquerque: sua importância para a população campo-grandense”. A referida prática objetivou analisar o objeto de estudo Parque Florestal Antônio de Albuquerque, área verde pública existente na Região Urbana Centro – Bairro Amambaí, Parcelamento Amambaí – existente na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, Região Centro-Oeste do Brasil.

Esta atividade – inicialmente formatada como projeto de pesquisa – foi parcialmente financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no decorrer dos anos 2015 e 2016. Parte das reflexões aqui expostas foi apresentada oralmente no decurso da disciplina Seminário Integrador 2015-2, oferecida na grade curricular do Programa de Pós-Graduação – Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)/Campo Grande-MS, focalizando a territorialidade como elemento central e propulsor de outras demandas.

A cidade de Campo Grande figura como a capital política e administrativa do Estado de Mato Grosso do Sul (MS) e, também, como a municipalidade mais populosa dessa Unidade Federativa brasileira, contando, em 2017, com aproximadamente 850 mil habitantes, a maioria dos quais residentes em área classificada como de zona urbana. Quando se recorre aos dados atinentes às áreas verdes, constata-se, de acordo com dados veiculados pelo Instituto Municipal de Planejamento Urbano (PLANURB), que Campo Grande possui 21 parques, situação que bastante tem contribuído para que a municipalidade recebesse o título de urbe com mais áreas verdes per capita entre as capitais brasileiras.

Na Região Urbana (RU) Centro da cidade de Campo Grande/MS, precisamente no bairro Amambaí, à Rua Joel Dibo, s/n, Vila Carvalho, está localizado o Parque Florestal Antônio de Albuquerque, popularmente conhecido pela denominação Horto Florestal (SEMADUR, 2016). Atentando para as múltiplas relevâncias deste local

como meio de abarcar, promover, adensar e/ou aprimorar a temática e o conceito de qualidade de vida no contexto urbano, o presente artigo debruçou-se sobre a área verde Parque Florestal Antônio de Albuquerque, pensando-a como uma problemática de estudo que pode e deve ser focalizada de forma multidisciplinar. Visamos, assim, compreender alguns aspectos que são relevantes aos estudos empreendidos por profissionais que atuam nesse universo, buscando, de alguma forma, inclusive academicamente, fomentar o desenvolvimento na perspectiva local, especificamente por meio dos contributos teórico-metodológico do desenvolvimento local às cidades.

Desenvolvimento local

Segundo Nadia Somekh (2010: 18), “o desenvolvimento local está longe, como conceito, de ser propício ao estabelecimento de consensos.” De acordo com as reflexões elaboradas por Martin Vanier (1998), pode-se dizer que existem inúmeras definições, vertentes e clivagens explicativas acerca do desenvolvimento local. Dentre as mais conhecidas sobressaem-se as rotuladas como lógicas exógenas e lógicas endógenas, modalidades de desenvolvimento nas quais o local é promovido e sensivelmente ampliado através de valores diversos, mais humanos, em especial por meio das articulações sociais e comunitárias, fortalecimento da cidadania, solidariedade e aprimoramento das relações econômicas menos predatórias.

A população em geral, e as comunidades locais em particular, figuram como coautoras destacadas no processo e na consolidação das melhores e mais adequadas formas de desenvolvimento. Pensado nessa perspectiva holística, o referido modelo de desenvolvimento – com lastro fundamental no território, na territorialidade e nas sociedades locais – afasta-se e contrapõe-se abertamente às diretrizes do pós-desenvolvimento “nascido” nos Estados Unidos da América no dia 20 de janeiro de 1949, o qual intentava, segundo palavras de Wolfgang Sachs (2000), levar aos países “não desenvolvidos”, “em desenvolvimento” ou “subdesenvolvidos” as conquistas já efetivadas no mundo industrial das nações ditas “desenvolvidas”.

Neste artigo prima-se pelo projeto de abordagem do desenvolvimento local como uma ação concreta e comunitária, de viés marcadamente endógeno, sensivelmente impactado pelos modelos de horizontalidade, sempre objetivando o princípio da valorização do ser humano e das territorialidades, sobremaneira em escala local, que este agente edifica – ou potencialmente pode construir – sobre o território e suas comunidades.

As observações de Ignacy Sachs (2004) também são basilares. O referido estudioso (2004: 13) assim se expressa:

1 Agradecimentos: À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e à Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), pelas bolsas de estudos concedidas. Aos funcionários e frequentadores do Parque Florestal Antônio de Albuquerque, pela cordialidade e atenção às nossas solicitações.

No contexto histórico em que surgiu, a idéia de desenvolvimento implica a expiação e a reparação de desigualdades passadas, criando uma conexão capaz de preencher o abismo civilizatório entre as antigas nações metropolitanas e a sua antiga periferia colonial, entre as minorias ricas modernizadas e a maioria ainda atrasada e exausta dos trabalhadores pobres. O desenvolvimento traz consigo a promessa de tudo – a modernidade inclusiva propiciada pela mudança estrutural.

Sachs (2004) elenca três pontos centrais constituintes do que poderia ser chamado de um projeto ideal de Desenvolvimento Local e Sustentável, a saber: sustentabilidade ecológica; sustentabilidade social e sustentabilidade econômica. Essa ideia é lastreada

[...] no duplo imperativo ético de solidariedade sincrônica com a geração atual e de solidariedade diacrônica com as gerações futuras. Ela nos compele a trabalhar com escalas múltiplas de tempo e espaço [...]. Ela nos impele ainda a buscar soluções triplamente vencedoras, eliminando o crescimento selvagem obtido ao custo de elevadas externalidades negativas, tanto sociais quanto ambientais. Outras estratégias, de curto prazo, levam ao crescimento ambientalmente destrutivo, mas socialmente benéfico, ou ao crescimento ambientalmente benéfico, mas socialmente destrutivo (SACHS, 2004: 15).

Levando em consideração essas observações, pode-se dizer que o Desenvolvimento Local tem como foco as sociedades e as comunidades do tempo presente e, não menos, também uma sensível preocupação com as gerações futuras. É sobretudo nessa perspectiva que se procura abordar a relevância do Parque Florestal Antônio de Albuquerque à sociedade campo-grandense. De modo amplo relaciona-se a pertinência da área verde em estudo para a edificação de políticas efetivas de desenvolvimento local, as quais podem ser pensadas como relevantes contributos à efetivação da qualidade de vida urbana que, por sua vez, é por nós entendido como um modelo explicativo da realidade.

Objeto de estudo, objetivos e aspectos metodológicos

Depois de termos definido que pesquisariamos o objeto de estudo Parque Florestal Antônio de Albuquerque pela relevância sócio-histórica e ecossistêmica que tal estrutura comporta no cenário da região central da cidade de Campo Grande, os autores deste artigo realizaram algumas conversas em conjunto, empreenderam visitas de sondagem ao local – popularmente designado Horto – e, também, balizaram-se em leituras teórico-metodológicas atinentes ao Desenvolvimento Local e à qualidade de vida urbana. Depois dessa etapa, definimos a seguinte questão de estudo que nos nortearia no decurso de nossa pesquisa, qual seja: como o Parque Florestal Antônio de Albuquerque estava sendo desfrutado pela população campo-grandense?

Na esteira desse problema, partimos da proposição de que o referido Parque seria uma área verde que integraria, há décadas, tanto cultural quanto social e afetivamente, a população da cidade de Campo Grande. Sendo assim, é um território e um ambiente de cultura, de convívio, de relações afetivas e de sociabilidade entre moradores, residentes, transeuntes e turistas que ali se fazem presentes. O objetivo geral residiu em verificar a importância deste equipamento para a edificação do desenvolvimento local com foco na área urbana desta cidade.

O trabalho de pesquisa contemplou quatro objetivos específicos, a saber: 1º) breve reconstituição histórica do local; 2º) levantamento da estrutura atual do Parque; 3º) mapeamento do público frequentador e 4º) listagem das potencialidades e das limitações e/ou pontos passíveis de melhoria. Articulado ao objetivo geral deste trabalho, e sempre que possível relacionando e problematizando com a interface do equipamento parque público, discute-se também o conceito de qualidade de vida urbana – aqui projetado na acepção de conceito mediador – como relevante contributo teórico-metodológico para a efetiva implantação/implementação de políticas atinentes ao desenvolvimento local em territórios urbanos.

A ideia de conceito mediador remete à noção de suporte categorial não necessariamente rígido e, muito menos, alheio às discussões propostas por ramos diversos do saber acadêmico (LÖWY, 1992) e dos fluxos histórico-sociais nela contidos. A estruturação de um conceito mediador teria como base a permeabilidade deste, a qual seria gerada e ampliada por discussões e estudos constantes, muitos dos quais traçados no âmbito dos debates interdisciplinares, servindo essencialmente também à análise de problemáticas pensadas como de cunho marcadamente interdisciplinar, parte das quais localizadas em áreas teórico-metodológicas caracterizadas, na atualidade, como fronteiras do pensamento ou regiões de fronteira.

Do ponto de vista da metodologia de investigação, alicerçamo-nos sobremaneira nos contributos do Método do Estudo de Caso. Esse método de pesquisa prioriza o modelo empírico, marcadamente de natureza qualitativa. Não desconsideramos as críticas à ele endereçadas, quais sejam: que o Método do Estudo de Caso seria desprovido de grande objetividade e que comportaria pouco rigor científico (YIN, 2015). Nesse sentido, estaria imerso em uma forma de *bias* (preconceito metodológico do qual o pesquisador não consegue se afastar).

Ainda assim, e em particular frente os benefícios dele advindos, que consideramos significativos, optamos por esse método. De modo positivo, o referido método não pretende restringir ou reduzir a compreensão de um fenômeno,

mas aumentá-lo (STAKE, 2001), e isso é particularmente relevante à problematização de nosso objeto de estudo. Não obstante, a premissa da pouca ou limitada objetividade e do rigor científico supostamente aquém do necessário podem também se fazer presentes em outros métodos de pesquisa, inclusive nos de matrizes eminentemente quantitativas (FACHIN, 2001; YIN, 2015), às vezes descritos como simplistas e reducionistas, uma vez que se valem de dados numéricos e fórmulas matemáticas para legitimar hipóteses que, à luz de metodologias qualitativas (focalizadoras de dimensões subjetivas da realidade social), seriam facilmente questionadas. Portanto, pouco ansiamos pela objetividade plena, mas almejamos, sim, algo próximo da complementaridade e da precisão.

Entrelaçado a essa metodologia de investigação empírica, focalizamos também o método indutivo. Marconi e Lakatos (2001: 106) assim definem o método indutivo: quando a “aproximação dos fenômenos caminha geralmente para planos cada vez mais abrangentes, indo das constatações mais particulares às leis e teorias (conexão ascendente)”. As referidas autoras, Marconi e Lakatos (2001: 107), também diferenciam conceitualmente as técnicas de observação extensiva das técnicas de observação intensiva. Na observação extensiva, valemo-nos especificamente da técnica formulário, que difere da técnica questionário. Esse é “constituído por uma série de perguntas que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do pesquisador”. O formulário, por sua vez, consiste em um “roteiro de perguntas enunciadas pelo entrevistador e preenchidas por ele com as respostas do pesquisado” (MARCONI; LAKATOS, 2001: 107).

Utilizamos com grande proveito a técnica da observação direta intensiva, especialmente nas vertentes da observação e da entrevista. A primeira permite ao pesquisador não apenas “ver e ouvir, mas também [...] examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar”; já por meio da segunda, que é a entrevista, busca-se “uma conversação efetuada face a face, de maneira metódica”, proporcionando “ao pesquisador, verbalmente, a informação necessária.” (MARCONI; LAKATOS, 2001: 107).

Nas palavras de Robert Yin (2015: 4), o Método do Estudo de Caso contribui para que os pesquisadores consigam “entender fenômenos sociais complexos.” Um estudo de caso não é e também não se limita a realizar tão somente um trabalho de campo. Antes, “permite que os investigadores foquem um “caso” e retenham uma perspectiva holística do mundo real.” (YIN, 2015: 4 e 16). As técnicas aplicadas foram as de observação direta extensiva, com aplicação de formulário, e observação direta intensiva, desdobrando-se em observações e entrevistas com funcionários e usuários. Por tratar-se de pesquisa não classificada estritamente como biomédica, as entrevistas foram

realizadas seguindo tão somente algumas das diretrizes e das normas expostas na Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012 (BRASIL, 2012).

Como complemento à metodologia de investigação empírica, e sem se opor a esta, optamos também pela realização de um trabalho de revisão bibliográfica. Essa fase objetivou sanar três pontos, e que a nosso ver pensamos articulados entre si: 1º elaboração de um breve painel contendo informações acerca do histórico e da estrutura do local; 2º estudo sobre os contributos da arborização às cidades e seus habitantes e 3º pertinência do conceito de qualidade de vida urbana para a compreensão do Parque Florestal como um dos itens válidos à concretização de um projeto de desenvolvimento local de viés endógeno e com decisões tomadas de forma horizontal e em comunidade.

Natureza na cidade: construção humana

Desde tempos imemoriais o ser humano vem mantendo relação próxima com a natureza, sendo inclusive parte dela. Igualmente dela muito depende para sobreviver e prover atividades as mais diversas, em particular no quesito alimentação. Em tempo mais recente, a natureza – aqui já pensada como conceito teórico-explicativo de um mundo que se denominava moderno e ocidental – passou a ser concebida pelos saberes científicos sob outro prisma.

Referindo-se ao conceito natureza vigente na cidade surgida no século XIX e décadas posteriores, Wendel Henrique (2009: 118) diz-nos que: “Infelizmente, a natureza na cidade, cujo elemento caracterizador será a vegetação, está confinada no desenho urbano a uma espécie de metonímia da natureza. Uma natureza racionalizada (em diferentes gradações), uma natureza construída.” Para Henrique (2009, p. 118), trata-se de “um modelo de natureza historicamente construído pela técnica, pela ciência, pela cultura, pela prática e pela ideologia.”

Seguindo essa linha de pensamento, Henrique (2009: 118) destaca ainda o fator historicamente classista sob o qual ocorreu o acesso à natureza em ambiente urbano: “A natureza se insere na cidade através dos jardins e praças, lugares para reis e nobres, para a aristocracia e burguesia. Só recentemente a população urbana encontrará com a natureza na cidade através dos jardins e parques públicos, mas ainda pouco acessíveis para todos.”

Essa realidade produzida e mantida pela técnica – de modo mais efetivo já no final do século XVIII e nas primeiras décadas do XIX em nações ocidentais – teria passado a edificar como viável ao espaço urbano apenas a natureza ordenada, controlada e disciplinada (MACEDO; SAKATA, 2003). A natureza no sentido mais amplo – uma natureza nomeada como “selvagem” – passou a ser rotulada como inadequa-

da, não poucas vezes associada com a dimensão do perigo, já que produtora e disseminadora de insalubridade aos cidadãos da cidade. Praças, jardins, parques e outras áreas verdes, como reservas, passaram a ser permitidas na urbe desde que não trouxessem ameaças aos cidadãos. Tratava-se de uma natureza que precisava ser controlada.

É em parte nessa configuração sócio-histórica que surgiu na cidade de Campo Grande uma área territorial denominada inicialmente como Horto Florestal Municipal, bem ao estilo das ações erigidas em outras urbes brasileiras em fins dos anos Novecentos e primeiras décadas do século XX, com destaque para a então capital federal sediada na cidade do Rio de Janeiro. A presença de autoridades militares em Campo Grande também deve ter exercido alguma influência na efetivação desse programa de urbanismo com viés progressista.

Breve histórico do Parque Florestal Antônio de Albuquerque

Embora algumas pesquisas considerem a cidade de Campo Grande como a mais arborizada entre as capitais brasileiras, o Parque Florestal Antônio de Albuquerque possui apenas 39.923,85 m², ou seja, menos de 4 hectares (PLANURB, 2015, p. 4 e 9). Segundo informações divulgadas em obras acadêmicas (WEINGÄRTNER, 2008), a área, inicialmente uma reserva que comportou diversas atividades, era superior às dimensões atuais. Informações veiculadas na revista *Grifo* (1979: 12) nos mostram que a área do referido Parque teria, nos anos 1970, mais de 6 hectares, indicando que dessa década para a atual houve uma redução média no tamanho dessa área verde de quase 35%.

Pode-se afirmar que o Parque Florestal começou a ser constituído há mais de 100 anos. Criado por meio de ato legal do intendente José Santiago, surgiu oficialmente no dia 11 de outubro de 1912. O intendente geral do Município de Campo Grande, Arnaldo Estevão de Figueiredo (1926: 15), afirma em Relatório de sua autoria que no local existia um matadouro municipal. Depois de desativado na década de 1910, parte dos terrenos (de extensões por nós desconhecidas) foi transformada em área verde. O prédio à época existente foi reformado, passando a “servir de abrigo ao jardineiro e guarda do horto. As obras executadas foram: aumento de um quarto e uma cozinha” (FIGUEIREDO, 1926: 15).

A Lei n. 518, de 05 de abril de 1957, informa que: “Art. 1º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a receber em doação, comprar ou desapropriar, uma área de terreno nas margens dos córregos, Segredo, Prosa e Anhanduí, devendo a locação ter início na função dos mesmos córregos no Horto Florestal, sendo que dita faixa deverá ter de trinta até 50

metros de largura por seis quilômetros de comprimento em cada córrego, que será destinada a uma ampla avenida.” (CAMPO GRANDE, 1957). Conta no Art. 1º da Lei n. 848, de 02 de outubro de 1963, que: “O horto municipal passará a denominar-se “Parque Florestal Antônio de Albuquerque”.” (CAMPO GRANDE, 1963).

A vegetação existente no Parque não é nativa. Ao que tudo indica, trata-se de arborização realizada pelo ser humano, haja vista que nos anos 1950 funcionou no local a sede do Serviço de Parques e Jardins, divisão também responsável pela produção de mudas destinadas à arborização (inclusive com mudas frutíferas) de Campo Grande e, inclusive, de outras municipalidades do Estado de Mato Grosso. Embora inexistassem placas com as informações de cada espécie, constatamos em pesquisa de campo que a atual vegetação do Parque é variada. Contabilizamos em torno de uma centena de exemplares de diversas espécies, dentre as quais se destacam ainda exemplares de espécies exóticas de crescimento rápido, como os eucaliptos (nome científico *Eucalyptus*).

Localizado no “centro da cidade”, o atual Parque Florestal começou a se constituir como tal no início do século XX. Posteriormente, abrigou vários órgãos da municipalidade. Em linhas gerais, no ano de 1912 o intendente José Santiago reservou uma área com vegetação característica (mas, conforme antes informado, não nativa), na qual também existem dois braços de córregos: os emblemáticos Prosa e Segredo, não poucas vezes referidos em obras que tratam da história e da memória da cidade de Campo Grande, pois no entorno deles teria tido início o povoado de Santo Antônio do Campo Grande, atual cidade de Campo Grande. Em 1923 foi criado no local o Parque Municipal de Campo Grande e, em 1956, o espaço estava sob os cuidados de Antônio de Albuquerque, quando passou a ter 6 hectares, os quais foram, depois, reduzidos para 4,5. Atualmente, restaram 3,9 hectares (REVISITA ARCA, 2003: 10; PLANURB, 2015: 4 e 9).

Em meados dos anos 1990 ocorreu a reurbanização do espaço e foram instalados vários equipamentos de lazer, recreação e outros serviços à sociedade, inclusive biblioteca voltada ao público infante-juvenil. Em homenagem a um funcionário, o nome do local foi alterado para Parque Florestal Antônio de Albuquerque, denominação externada no pórtico principal. Essa estrutura simboliza a junção dos córregos Prosa e Segredo, que, por sua vez, são formadores do córrego Anhanduizinho. Naquela época, o horário de funcionamento era das 5h às 20 horas em dias úteis, e das 5h às 21 horas em finais de semana e feriados.

O local é público e de acesso gratuito. Averiguamos que parte dos serviços – como os de limpeza, manutenção e segurança patrimonial – era prestada, em 2015, por empresas terceirizadas, diretamente contratadas pela Pre-

feitura Municipal de Campo Grande. Nas imagens 1 e 2 temos uma tomada aérea e, também, a principal entrada do Parque, com destaque para o pórtico. Visualiza-se ainda a área verde que está presente e forma boa parte de sua extensão e, também, constata-se que o Parque está ladeado por vias públicas e edificações diversas, sobressaindo-se os estabelecimentos comerciais, as moradias residenciais, alguns lotes sem edificações, além de instituições públicas e educacionais com fins variados.

Na Figura 1, além da área verde do Parque Florestal e alguns dos seus equipamentos (casa da administração, espe-

lho d'água, pista de caminhada e passarela sobre uma via pública de intenso tráfego veicular), pode-se ver a morfologia do entorno. As edificações residenciais são minoria; destacam-se os prédios com menos de 2 (dois) pavimentos, estilo galpão para fins comerciais, utilizados por lojas de auto-peças, mecânicas, revisão automotivas, etc. No canto inferior esquerdo temos uma área significativa, sem edificação, provavelmente com uns 10.000 metros quadrados. Quase na transversal vê-se a Avenida Ernesto Geisel, onde temos expressiva arborização, sendo que as demais vias não possuem tantas árvores.

Figura 1: Parque Florestal Antônio de Albuquerque

Parque Florestal Antônio de Albuquerque (Horto Florestal)
RU Centro / Área: 39.923,85 m²



Fonte: PLANURB (2015).

Visualiza-se com facilidade o córrego Segredo/Anhanduizinho, tendo parte de sua extensão canalizada. Esta ação reflete, em grande medida, a política e os valores sociais existentes e predominantes nas décadas de 1970-90. O córrego canalizado, em parede vertical, indica também um determinado grau de agressão ao ambiente, naquela época externado como progresso e/ou desenvolvimento material.

A água, provavelmente poluída de diversos modos pelo ser humano, era vista como problema e o córrego tornou-se um espaço a ser controlado, e até escondido, do “restante” da cidade. Esta forma de pensamento contribuiu em parte para a edificação desse cenário, ainda hoje presente na cidade de Campo Grande. No intuito de uma comparação, inclusive visual, ver o documentário elaborado pelos acadêmicos Caio Silva Ferraz, Luana de Abreu e Joana Scarpelini (2015), originalmente apresentado como trabalho de conclusão no curso de Bacharelado em Audiovisual no SENAC-SP.

Ainda de acordo com a Figura 1, as cores predominantes são o verde (das árvores do Parque), o branco/cinza dos telhados das edificações e o preto do asfaltado de ruas e avenidas, como a Fernando Corrêa da Costa (esta com o córrego Prosa totalmente canalizado entre as décadas de 1980-1990, pelo menos na área próxima do Parque Florestal). Comparando visualmente as vias de rolamento automotivo com as áreas pedonais, vê-se que estas não se fazem notar com tanto destaque em relação àquelas.

Em 1995, o poder público municipal reinaugurou o Parque, que basicamente ficou dividido em três partes, passando a contar com os seguintes equipamentos e serviços de utilidade pública: 1ª parte: praça; 2ª parte: centro de convivência do

Figura 2: Entrada principal do Parque Florestal Antônio de Albuquerque

Fonte: CUNHA (2015)

idoso e 3ª parte: núcleo administrativo. Este local passou a ter, dentre outros, os seguintes equipamentos: centro de atividades múltiplas (mais conhecido como Teatro de Arena), biblioteca municipal, especializada em obras infanto-juvenis, lanchonete, parlatório, banheiros adaptados para pessoas portadoras de necessidades especiais, playground, espelho d'água, cancha de bocha, cancha de malha, pista de cooper com estações de ginástica, pista de bicicross, pista de skate, orquidário, oficinas de artes, com destaque para as atividades de: mosaico, violão popular, violão clássico, desenho, pintura, tai-chi-chuan, reciclagem de papel e lazer contemplativo (FUNDAC, 2015).

Ana Fernandes (2012: 8) ressalta a importância da paisagem urbana nas cidades contemporâneas. De acordo com essa estudiosa, “os locais que são “reais” para as pessoas são aqueles que convidam, exigem envolvimento e recompensam – tanto intelectual como emocionalmente – e fornecem uma sensação de conexão psicológica.” Seguindo essa premissa, as áreas verdes contribuiriam na promoção e no desenvolvimento de várias diretrizes, beneficiando grandemente os habitantes locais.

Relevância e diretrizes estruturantes do Parque Florestal Antônio de Albuquerque à sociedade local

Listamos alguns itens com o propósito de fundamentar de diversas formas a relevância que o Parque Florestal assume, ou pode assumir, na sociedade campo-grandense e, também, à população em geral, listando para tanto algumas diretrizes estruturantes:

- a) **histórica:** “berço” onde surgiu Campo Grande, pois no local se fixaram, na década de 1870, alguns migrantes, os quais denominaram a área de Mato Cortado, localidade posteriormente chamada arraial de Campo Grande;
- b) **localização:** está próximo de importantes vias públicas,

ou ladeado por elas, como as avenidas Afonso Pena, a Ernesto Geisel e a Orla Morena e, também, do centro da cidade de Campo Grande;

c) **cultural:** permite a realização de atividades físicas, de lazer, de sociabilidade, de recreação e de formação educacional, além de inclusão digital. Nesse sentido, é um espaço cidadão constituído por agentes múltiplos que promovem ações plurissituacionais;

d) **patrimônio cultural:** o Parque Florestal tem monumentos emblemáticos, parte dos quais remetendo à formação do povoado em fins do século XIX e à preservação desta memória no presente. Valendo-nos das reflexões de Joseph Rykwert (2004), poderíamos dizer que o Parque Florestal é um “espaço provido de sentido histórico”, podendo ainda fomentar o turismo contemplativo;

e) **preservação da memória coletiva:** espaços de memória e afetividade, conectando as vivências subjetivas e experiências comunitárias de diversos agentes sociais ao corpo da cidade;

f) **ambiental:** vegetação urbana como primordial à melhoria das condições ambientais, da dinâmica climática na urbe, da qualidade de vida da população e, também, do ecossistema;

g) **salubridade:** contribui, em determinada medida, na melhoria da saúde da “cidade” e, por tabela, da saúde mental, física e emocional da população, situação já assegurada em várias pesquisas;

h) **sustentabilidade urbana:** o Parque Florestal e os equipamentos nele contidos podem agregar novas utilizações e novos valores à cidade de Campo Grande, possibilitando ainda a criação de outras formas de urbanidade, menos mercadológicas, mais inclusivas e eticamente calcadas em eixos hoje descritos como “sustentáveis”;

i) **social e política:** no conjunto, o equipamento Parque Florestal, em certo sentido uma instituição da cidade, pode ser – e de fato é – um local propício à realização

de atividades diversas, tais como: encontro de pessoas, práticas educativas, educacionais, momentos de lazer, esporte, atividades físicas e recreativas, discussão de assuntos políticos e sociais, dando vazão a assuntos de interesse da sociedade, que tem suas capacidades participativas e decisórias sensivelmente fortalecidas e intensificadas, bem como a espaços de (re)formulações de projetos que atendam a coletividade de modo mais amplo. Pode-se dizer que o Parque Florestal atua como uma chave de entrada fulcral e um elemento altamente contributivo na solidificação – não apenas teórica, mas sobremaneira prática, – da cidadania urbana e da urbanidade na cidade de Campo Grande.

Registramos ainda que no passado, e até em temporalidade próxima ao nosso presente, o Horto Florestal foi objeto de variadas e abrangentes ações. Nos anos 1970 havia um projeto que visava à instalação nesta área verde do que seria o Centro Cultural de Campo Grande. Além de atividades culturais diversas, o espaço também passaria a ter uma réplica do que se tornou o simbólico Relógio da 14. Conforme resolução n. 131, de 1927, o intendente municipal Jonas Corrêa da Costa sancionou a construção de “um relógio público de quatro faces, no cruzamento da Avenida Afonso Pena com a rua 14 de Julho, ou em outro ponto que julgar mais adequado.” (CAMPO GRANDE, 1927).

Edificada na década de 1930, essa obra localizava-se literalmente na confluência da Avenida Afonso Pena com a Rua 14 de Julho. Tornou-se uma referência cultural da cidade, um marco afetivo e um ponto de celebrações, desfiles cívicos, local de encontros, festas, manifestações e passeatas. Em nome do “progresso”, a obra – em escala ascendente cada vez mais um monumento simbólico da cidade – foi retirada de seu local original no início da década de 1970. Justificou-se a destruição desse equipamento dizendo que o Relógio da 14 seria – e até que já era – um entrave ao “progresso”, pois estava no centro da cidade, dificultando a passagem em vias públicas de rolamento consideradas, à época, de grande fluxo veicular, situação que acarretava problemas aos usuários de veículos automotores e, também, outros malefícios à urbe, tais como: acidentes e mortes.

Conforme matéria publicada na revista Grifo (1979):

Este relógio, que à primeira vista pode não significar nada além de um simples relógio, tem um valor inestimável para os velhos moradores de Campo Grande. Como uma coisa de família, uma jóia antiga e de estimação, roubada na calada da noite. Na época os planos de progresso não previam um lugarzinho para as histórias da cidade. [...] Mas o relógio vai voltar. Será instalado no Horto Florestal, pertinho do centro da cidade, entre os córregos Prosa e Segredo. Um lugar que o prefeito Marcelo Miranda pretende arrumar para que se torne

a nova mania da cidade: passar algumas horas conversando, namorando ou descansando sob as árvores do horto, com bastante sombra de dia e muita luz à noite. Nesse mês são iniciadas no local as obras de construção do Centro Cultural de Campo Grande, que segundo o Prefeito, terá como finalidade integrar o homem à vida cultural da cidade através do esporte e do contato com a natureza, com as artes e com as festas folclóricas e tradicional da região. Ocupando uma área de 60 mil metros quadrados [...]. (NO Horto..., 1979: 12).

Nessa linha de pensamento, o Horto Florestal teria a função de abrigar, dando guarida e visibilidade ao destituído Relógio da 14. Sua relevância residiria também na proteção desse outro símbolo da identidade e dos sentimentos dos campo-grandenses. João Mello (2008: 173-174) assegura que os: “Símbolos afloram na experiência direta, transmitidos por outras pessoas ou apenas cultuados nos sonhos. Alguns são transitórios, outros imorredouros. Mas permanecem sendo construídos ou esquecidos pelos indivíduos e grupos sociais nos mais diversos lugares, espaços e “deslugares”.”

Contudo, o projeto não foi adiante. Em tempo mais recente, outras iniciativas foram aventadas. A Lei Complementar n. 161, de 20 de julho de 2010, instituiu o Plano para Revitalização do Centro de Campo Grande-MS. A referida legislação propõe:

Art. 10. A Estratégia de Animação Cultural será efetivada mediante:

- I - o resgate das tradições locais e das manifestações culturais e folclóricas;
- II - a ampliação e melhor distribuição dos espaços culturais;
- III - a adoção de calendário de eventos culturais;
- IV - a valorização, qualificação e promoção dos artistas e artesãos locais;
- V - a estruturação de um eixo de animação cultural, de comércio, serviços, lazer e entretenimento entre a Esplanada Ferroviária e o Parque Florestal Antônio Albuquerque, integrado aos projetos Orla Ferroviária e Orla Morena (CAMPO GRANDE, 2010).

Novamente, a proposta parece ter ficado mais no plano das palavras do que no curso das ações efetivas. Em pesquisas in loco, constatamos que não foi concretizada “a estruturação de um eixo” “entre a Esplanada Ferroviária e o Parque Florestal Antônio Albuquerque”.

Contributo da arborização às cidades

As economias urbanas gerarão 80% do crescimento futuro. Também é fato aferido por diversos estudos que mais de 80% da população brasileira reside em cidades ou em aglomerações urbanas. Sabe-se também que, dentre outros elementos, as cidades devem ter adequadas coberturas vegetais. Em pesquisa realizada pelo IBGE-Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística, a capital política do Estado de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, figura dentre as suas congêneres como a *cidade brasileira mais arborizada*. De cada 100 domicílios, 96,4% possuem, pelo menos, 1 (um) exemplar de árvore (FIBGE, 2015).

A informação, por si só, é das mais expressivas, uma vez que a presença de áreas arborizadas em cidades tende a contribuir, em geral de muitas formas, para a melhoria da qualidade de vida urbana. Inclusive, devemos referir, conforme nos assegura Buckeridge (2015), que uma árvore grande “transpira” por dia, em média, 400 (quatrocentos) litros de água, formando verdadeiros “rios aéreos”.

Embora algumas áreas urbanizadas necessitem de manutenção frequente, às vezes semanal e, em certos casos, até diária, realidade que acarreta custos ao erário e aos particulares, há que se ressaltar o conjunto de benefícios que as mesmas podem produzir, ou que já produzem, à sociedade, uma vez que ajudam na redução da temperatura de áreas próximas e amenizam as “ilhas de calor”, aumentando sensivelmente os níveis de conforto térmico (BUCKERIDGE, 2015). Ademais, purificam o ar, impedindo a disseminação de poluentes nocivos à saúde de pessoas e de animais.

“Para a saúde humana, as árvores urbanas podem trazer muitos benefícios. Em um estudo com modelagens feitas para dez cidades americanas, apontaram que elas são capazes de remover da atmosfera material particulado em grandes quantidades.” Buckeridge (2015: 86) lembra-nos que: “Somente em Nova York, de acordo com o modelo, a retirada desse tipo de material atribuída às árvores urbanas teria levado a uma economia de US\$ 60,1 milhões e teria evitado a morte de 7,6 habitantes em um ano.” Dados científicos também nos mostram que áreas verdes e equipamentos de lazer, quando usados de forma correta pelos usuários, diminuem em 30% o risco de doenças cardiovasculares. Nesse sentido, essas estruturas interferem positivamente no cenário físico e psicossocial de comunidades, estabilizando e diminuindo os níveis de estresse das pessoas. Indivíduos que residem próximo de áreas verdes têm níveis de felicidade/satisfação pessoal elevada e os índices de agressão e de violência são, em geral, menores aos registrados em outros ambientes. Em razão desses elementos, as áreas verdes podem ser consideradas como relevantes viabilizadoras na melhoria dos índices de saúde pública urbana.

Áreas verdes também retêm uma parte dos raios solares; as copas das árvores atuam como uma caixa-escudo, que, aos poucos, libera a água da chuva, que só então atinge o solo, situação que possibilita que este fique mais úmido (processo tecnicamente descrito pelo termo umectação do solo); aumentam a sensação de bem-estar; reduzem a velocidade do vento; atenuam a temperatura térmica; amenizam a tempe-

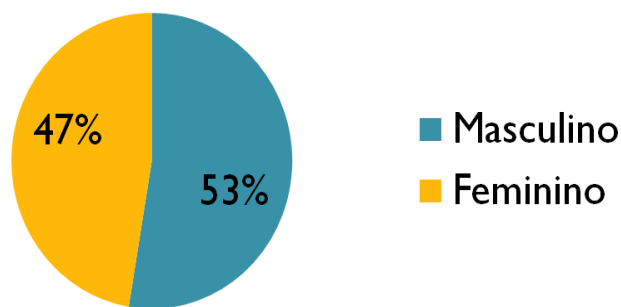
ratura aparente da superfície; propiciam o embelezamento visual da urbe; quase sempre impactam positivamente os imóveis, por vezes valorizando-os monetariamente, já que agregam valor às edificações e à cidade, visto que rompem com a noção de um “mar de concreto” no qual a cor gris se mostra, em geral, bastante soberana (LOMBARDO, 1985; FERNANDES, 2012; BUCKERIDGE, 2015). Uma adequada arborização urbana implica ainda em significar economia financeira, já que quando conjugada à arquitetura bioclimática, propicia a existência de microclimas, diminuindo o consumo de energia elétrica.

A existência de áreas verdes nas cidades também impede que a chuva chegue rapidamente às calhas das vias públicas (BUCKERIDGE, 2015). Caso esta situação ocorra, são notórios e recorrentes os danos ao ambiente, bem como significativos os transtornos materiais e, quiçá mais preocupantes, as mortes das quais todos os anos temos inúmeras notícias. Ainda que tenhamos direcionado parte de nossos esforços visando à obtenção de dados sobre o Índice de Cobertura Vegetal (ICV) na área central da cidade de Campo Grande e, também, sobre as formas de medição da qualidade do ar (material particular em suspensão e material particular inalável) na parte externa e na parte interna do Horto, registramos que nossa busca foi infrutífera, motivo pelo qual não serão expostos os referidos dados neste trabalho.

Perfil dos frequentadores e estrutura do Parque Florestal Antônio de Albuquerque

Em pesquisa de campo pautada nos pressupostos do Método de Estudo de Caso, realizada no mês de outubro de 2015, constatou-se a seguinte realidade:

Figura 3: Frequentadores do Parque Florestal Antônio de Albuquerque

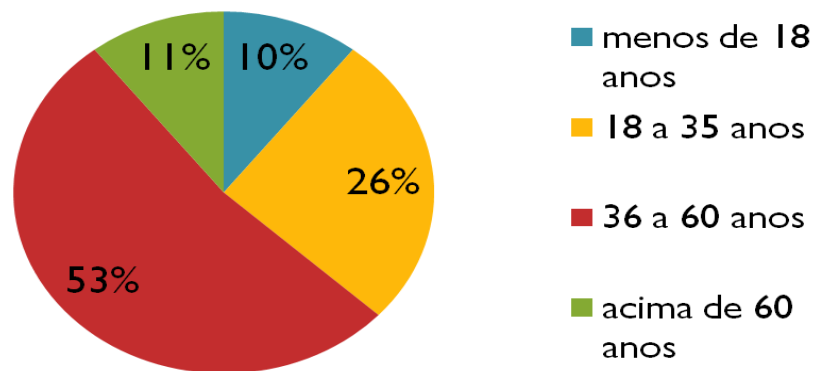


Fonte: SANTOS (2015)

Nas pesquisas in loco, verificou-se que das pessoas entrevistadas havia uma pequena diferença entre o público feminino e masculino. Daquele eram 47% dos indivíduos e deste 53%. As entrevistas foram realizadas em diferentes dias e períodos da semana. Constatamos que os entrevistados não eram apenas pessoas que moravam nas proximidades do Horto Florestal, mas sim moradores dos mais diversos bairros da

cidade, parte dos quais procurava um espaço para descanso e lazer. Os frequentadores tinham atividades profissionais as mais diversas. Pessoas dos mais variados ramos de atuação e de diferentes níveis de escolaridade. De malabaristas de rua até servidores públicos (policiais militares), da dona de casa até funcionários de empresas privadas. Portanto, constatamos que o Horto era frequentado por inúmeros agentes.

Figura 4: Faixa etária dos frequentadores do Parque Florestal Antônio de Albuquerque



Fonte: SANTOS (2015)

Ao verificarmos as faixas etárias dos entrevistados, vimos que a maioria das pessoas tinham entre 36 a 60 anos de idade, seguido de pessoas entre 18 e 35 anos. Por último figurava a população acima de 60 e, depois, as pessoas menores de idade. Os menores de idade são basicamente os estudantes ligados ao Instituto Mirim de Campo Grande, que possui um prédio em frente ao Parque Florestal. As pessoas acima de 60 anos foram encontradas basicamente em horários de pouca incidência do sol. A maioria destes servia-se do Parque para a prática de atividades físicas.

Por localizar-se em uma região de grande movimento, ladeado pelas Avenidas Presidente Ernesto Geisel, Fernando Corrêa da Costa e Fábio Zahran, assim como pela Rua 26 de agosto, e ainda próximo ao Mercado Municipal de Campo Grande e ao Camelódromo de Campo Grande (centro popular de comércio), o Horto Florestal de Campo Grande tem sido utilizado como território de passagem para várias pessoas.

Embora inexistam dados específicos sobre o Volume Diário Médio (VDM) – composição de tráfego – de veículos automotores que trafegam especificamente em todas as ruas limítrofes ao Horto, pode-se afirmar que a região acolhe e é ponto de passagem de muitos deslocamentos. Dados obtidos na Agência Municipal de Transporte e Trânsito (Agetran), via Ofício n. 417, de 08 de março de

2016, nos mostram de forma parcial os seguintes volumes totais mensais registrados por meio dos equipamentos de fiscalização eletrônica: Avenida Ernesto Geisel próximo à Feira Central (sentido bairro-centro): 283.790 veículos/mês e Avenida Ernesto Geisel próximo à Feira Central (sentido centro-bairro): 239.853 veículos/mês.

Se não podemos saber exatamente como os condutores se deslocavam na cidade de Campo Grande, pois nos faltam dados relativos ao número de veículos nas demais vias, podemos supor que tais indivíduos, quando regressavam aos seus locais de origem, neste caso o bairro, tinham outras prioridades e se valiam de outras vias públicas. Nossas explicações, parte das quais pautadas em inferências hipotéticas e outras com lastro em observações empíricas, visto a natureza lacunar dos registros oficiais, tendem a nos mostrar que este fato pode ser creditado a questões como:

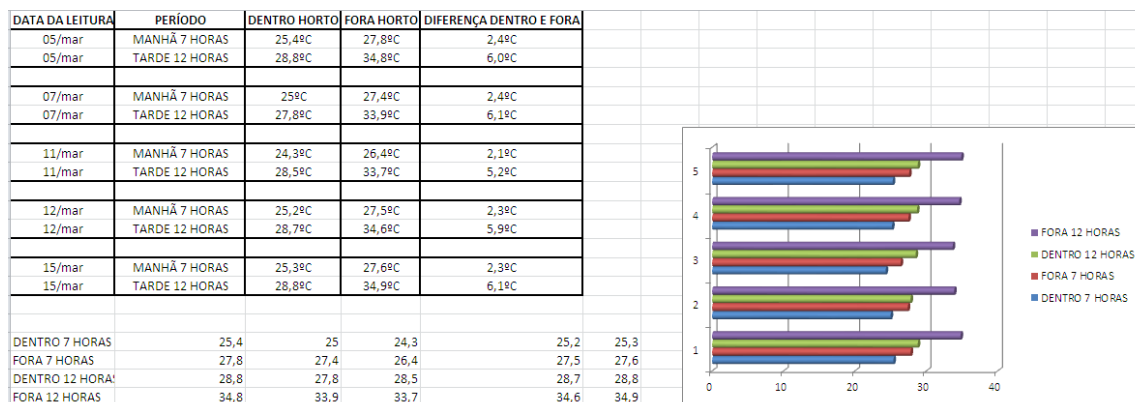
- a) a disparidade poderia ser justificada em razão de os condutores optarem por um caminho, pois inicialmente necessitam fazê-lo, e, depois,
- b) quando retornam aos seus lares, escolheriam outro caminho, provavelmente pelo fato de acharem mais fácil, com menor fluxo de veículos, ou até pelo fato de serem trabalhadores/estudantes que, após o trabalho, dirigem-se às IES e, depois,
- c) retornam às suas casas via, talvez, a avenida Fábio Za-

hram, ou vão “costurando” por dentro dos bairros. Logo, não precisam passar no centro, via avenida Afonso Pena, pois o trajeto ficaria até mais extenso. Mas é só uma hipótese, pois não temos dados abrangentes, contemplando toda a cidade, os quais nos possibilitariam a comprovação ou a refutação de tal situação.

Os frequentadores do Horto também elogiaram a sua área verde, que proporcionava um conforto térmico e cobria quase toda a pista de caminhada, amenizando a incidência dos raios solares na prática de esportes e de demais atividades físicas.

Referente à dinâmica climática, obtivemos os seguintes dados em atividade de coleta realizada entre os dias 05 e 15 de março de 2016:

Figura 5. Dinâmica climática nas áreas externas e internas do Parque Florestal Antônio de Albuquerque



Fonte: CUNHA (2016)

Conforme externado na figura anterior, as temperaturas registradas na parte interna do Horto foram sempre mais amenas às temperaturas externas. No horário das 12 horas, a variação mostrou-se mais expressiva: sob o abrigo da vegetação ocorreu uma temperatura média de 28°C e, na parte externa, a temperatura chegou a 34°C.

Outro ponto considerado como sendo positivo pelos frequentadores era a presença de uma unidade da Guarda Municipal, que possuía um posto fixo de comando instalado dentro das dependências do Parque. Conforme relatos dos frequentadores, a existência desse equipamento público produzia um aumento na sensação de segurança por parte dos usuários do Parque. Cumpre-nos ainda acrescentar que esse equipamento estaria, em tese, inibindo também a presença de agentes descritos como “meliantes” – possivelmente mal intencionados – e de usuários de entorpecentes, que nos diversos momentos de realização desse trabalho não foram vistos nas dependências do Parque.

Outro ponto a ser destacado diz respeito às políticas de inclusão efetivadas no âmbito geográfico do Horto Florestal. Após realizarmos entrevistas com os transeuntes frequentadores do Horto Florestal, conseguimos assegurar que o local é um parque que proporciona a inclusão de todos, por tratar-se de ser um espaço público urbano – aparentemente acessível a todos os públicos, de uso pe-

donal – e concentrando em suas dependências pessoas bastante diversas, desde homens a mulheres, desde idosos a crianças. Estas, inclusive, têm sido foco de várias ações educativas, em alguns casos até formais.

Verificamos que o espaço público urbano também possui acessibilidade ampla, com dois portões de entrada, e é totalmente calçado, porém, existem alguns problemas que dificultam a mobilidade das pessoas cadeirantes e/ou com mobilidade reduzida, uma vez que a reforma iniciada não foi concluída. O Horto Florestal é divulgado através do site da própria prefeitura municipal na aba da Fundação Municipal de Cultura e, também, na aba da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia. Consta que o City Tour Campo Grande percorre vários pontos da cidade, dentre eles o Horto Florestal (CAMPO GRANDE, 2015 e 2017).

Em linhas gerais, pode-se dizer que o Horto possui boa infraestrutura. Entretanto, mudanças iniciadas no espaço pela administração municipal, principalmente no ano de 2015, não foram devidamente concluídas. O referido Parque Florestal está carente de melhorias e os frequentadores por nós contatados demonstraram certa nostalgia em ir até o Parque, pois lá inexistia a estrutura anterior, e com a qual estavam acostumados.

Nas imagens abaixo visualizamos a academia ao ar livre servida de vários instrumentos que auxiliam na realização de diversos exercícios.

Já nestas imagens abaixo, podemos visualizar o espaço dentro do Parque Florestal destinado às oficinas de artesanato, muito frequentadas por senhoras, parte das quais aposentadas, que buscam entretenimento, momentos de lazer, conversas com outras senhoras e, inclusive, um extra em seus rendimentos.

Dentro do Parque Florestal temos ainda os seguintes equipamentos: playground, pista de cooper, cancha de bocha, cancha de malha, pista de bicicross, pista de skate.

Potencialidades, limitações e pontos passíveis de melhoria

Detalhamos a seguir alguns pontos fortes e outros passíveis de melhoria no Parque Florestal.

Limitações e/ou pontos passíveis de melhoria: a) levantamento da avifauna e das espécies de plantas nativas e

Figuras 6-7: Equipamentos na academia ao ar livre



Fotos: CUNHA (2015)

Figuras 8-9: Oficinas de artesanato



Fotos: CUNHA (2015)

exóticas, possibilitando assim que se desenvolvam outras e mais detalhadas atividades voltadas à educação ambiental, situação já preconizada na Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, legislação que no seu Art. 1º conceitua “por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.” (BRASIL, 2015); b) divulgação sistemática, sobretudo por meio eletrônico e, também, em locais estratégicos (unidades educacionais, de promoção da saúde e bem estar e centros de cultura) da programação desenvolvida no Parque Florestal; c) recuperação e adequação do passeio público a fim de atender a legislação vigente há mais de uma década, em particular a Lei nº 10.098, de dezembro de 2000, que em seu Art. 1º “estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.” (BRASIL, 2016); d) estimular de forma segura e sustentável o acesso, a permanência e a saída dos indivíduos e grupos ao Parque, inclusive durante o período noturno (pós 19h00min.), prática que poderia fomentar o desenvolvimento de áreas próximas, promovendo a revitalização daquele entorno; e) quando o deslocamento se der através de meios de transportes mecânicos, seria ideal que se privilegiassem as formas coletivas e comunitárias, bem como as não-motorizadas; f) a presença de agentes patrimoniais e equipamentos de vigilância eficazmente monitorados poderiam reduzir a vulnerabilidade dos frequentadores diante de situações indesejadas, como roubos, furtos e outros incidentes; g) neste espaço poderiam ser ampliadas ou também desenvolvidas outras atividades, especialmente o diálogo entre comunidades, famílias e até indivíduos com linguagens e formações diversas a fim de que se erijam outras formas de política sobre a cidade e o ambiente urbano, as quais poderiam beneficiar de forma mais ampla e satisfatória a sociedade, os moradores do entorno e, inclusive, os frequentadores do Parque Florestal; h) melhor e mais intenso aproveitamento do espaço para a realização de atividades qualitativas vinculadas ao universo da criatividade urbana, da inovação e da qualificação, preceitos muito salutares às cidades do século XXI, e em parte essencialmente ligados à problemática das políticas e das redes de governança urbana; i) fomento de ações sustentáveis, como reutilização de água, política de resíduos e até captação de energia solar; j) inexistência de ciclovia dando acesso ao Parque Florestal; k) melhoramento da ergonomia das vias de acesso pedonal ao Parque, prática que promoveria

princípios básicos do urbanismo multisensorial; l) pouca efetividade de ações voltadas para a superação das causas produtoras de gentrificação que acometem os populares “moradores de rua” que, às vezes, ficam limitados em suas existências e acomodam-se, então, na parte interna do Parque em alguns períodos do dia; m) gostaríamos de registrar que a ampliação de uso, de acesso e de integração com o entorno, isto é, com a comunidade são em geral muito benéficas à vitalidade social do equipamento chamado Parque Florestal.

Potencialidades: a) o Parque Florestal é uma área verde, pública e de acesso gratuito no centro antigo da cidade de Campo Grande que privilegia o percurso não-mecanizado, sobretudo a prática pedonal; b) possui uma biblioteca voltada – em sua maioria – ao público infante-juvenil; c) educadores, discentes e demais integrantes da comunidade escolar desenvolvem atividades diversas no interior do Parque Florestal, contribuindo para a concretização de uma cidadania ativa sobre o território e a cidade; d) neste espaço são desenvolvidas também atividades de recreação, encontros musicais, cultura educacional, práticas de lazer e atividades físicas, muito necessárias e úteis aos cidadãos; e) os frequentadores têm acesso, de forma gratuita, ao sinal de internet; f) oficinas de artesanato voltadas à comunidade, propiciando a geração de renda e potencializando outras formas e modelos de economia, de vida urbana e de sociabilidade entre os indivíduos; g) ainda que possam ser realizadas políticas de reabilitação entre o objeto de estudo e o entorno, o Parque Florestal está próximo de vários outros equipamentos administrativos, culturais e comerciais bastante consolidados da cidade de Campo Grande, tais como: SESC (Serviço Social do Comércio) – unidade Horto, mercado municipal, comércio popular, centros de valorização da cultura local e regional, feiras de artesanato, etc., e isto é muito positivo: trata-se, portanto, de um equipamento inserido na cidade; h) o Direito à Cidade – política já implantada e implementada com relativo sucesso em várias cidades, tal como nos relatam Borja (2003) e Harvey (2012) – poderia ser enfatizado e consolidado de forma mais concreta nas atividades desenvolvidas no Parque Florestal, o qual também promoveria – sem oposição direta aos fundamentos da filosofia do Direito à Cidade – a chamada cultura pós-materialista/teoria do desenvolvimento humano via valores de auto-expressão, os quais valorizam pensamentos e ações como: ativismo voluntário, maior tolerância em relação ao outro e às suas diferenças, participação política além dos canais formais, sentimento de felicidade e adesão a regras sociais não necessariamente rígidas (CARBALLO; MORENO, 2013); i) grande parte das atividades desenvolvidas no Parque Florestal é voltada ao desenvolvimento das crianças. Essa prática, quando oportunamente canalizada, pode propiciar o que

tem sido chamado em materiais da agência UNICEF-Fundo das Nações Unidas para a Infância (2016, p. 14) de políticas visando à construção de cidades amigas das crianças. Tal situação é tida como muito positiva, visto que “a participação [das crianças] promove o sentido de responsabilidade, a aquisição de valores democráticos, sentimento de pertença a uma determinada comunidade e o reforço da cidadania.” Consta ainda que: “Expressar os seus pontos de vista sobre assuntos que lhes dizem respeito, permite às crianças adquirir competências e contribuir para a criação de sociedades mais pacíficas e democráticas.” Nesse sentido, as atividades vivenciadas no Parque Florestal teriam e podem continuar ajudando largamente na formação de agentes coletivos e comunitários fomentadores de Desenvolvimento em escala local. Nesse sentido, detalhamos na sequência a importância da referida área verde na promoção da qualidade de vida urbana na cidade de Campo Grande.

Qualidade de vida urbana: Modelo de explicação da realidade e implicações no desenvolvimento urbano em escala local

Do ponto de vista cronológico, um esboço do que hoje chamamos “qualidade de vida” começou a ser edificado no final dos anos 1950 e, com mais nitidez, na década de 1960. Naquela época, bastante em razão das políticas pós-Segunda Guerra Mundial, prevalecia a corrente de pensamento economicista, a qual focalizava o fator “crescimento econômico” como ponto central de interpretação. Sociedades e comunidades com elevados índices de “crescimento econômico” seriam, então, sociedades e comunidades com elevados índices de “qualidade de vida” (SETIÉN, 1993).

No decurso do tempo, a noção de qualidade de vida mostrou-se, cada vez menos, una e, em muitos casos, apresentou modelos de análise e interpretação atrelados a várias particularidades. Nessa linha de reflexão, sequer o conceito e, tampouco, a concepção de ferramentas teóricas a ele relacionadas, estiveram livres de variações e discordâncias.

No plano do senso comum, mais especificamente em anúncios publicitários veiculados por empreendimentos residenciais, a “qualidade de vida” quase sempre se resume às vias de acesso asfaltadas, aos shoppings, escolas, supermercados e hospitais amplamente equipados que se posicionam próximos às edificações, indicativos – assim dizem muitos dos informes – de futura ou até imediata valorização monetária aos indivíduos que por “decisão acertada” adquirirem tais imóveis.

Qualidade de vida, se seguirmos este viés, é um bem perfeitamente quantificável e acessível às escolhas pessoais que determinados padrões financeiros podem nos possibilitar.

Dessa forma, o conceito de qualidade de vida se reduz a um elemento passível de aquisição. Esse modo de explicação, por sua vez, representa um modelo de análise muito impreciso e não menos tendencioso. Outros enfoques, por nós interpretados até como mais abrangentes, indicam que a qualidade de vida não se resume, tampouco se restringe, apenas aos fatores “localização geográfica privilegiada” e “poderio econômico-financeiro” de agentes classificados como abastados, pois englobam muitos outros pontos, como tão bem sinalizam várias reflexões acadêmicas.

Para termos uma noção da pluralidade de termos e de explicações em matéria do conceito de qualidade de vida, convém fazermos algumas observações. Martinotti (1998) informa que nos anos 1970 o conceito de qualidade de vida urbana, o qual está ligado essencialmente ao homem moderno, passou a fazer cada vez mais parte das cenas política, científica e, inclusive, da linguagem corrente de algumas sociedades. Naquela época ganharam visibilidade também os primeiros estudos acadêmicos acerca dessa temática.

Martinotti (1998) afirma ainda que as teorias e os instrumentos metodológicos de pesquisa que tentavam captar a qualidade de vida – sobretudo a existente no contexto territorial urbano, visto que a população rural estava em declínio em muitos países – eram bastante variados. Em linhas gerais, essa gama de estudos versando sobre a qualidade de vida urbana abrangia aspectos materiais e, também, elementos existenciais outros, em vários casos classificados como “subjetivos”, a exemplo das análises propostas por Goffman (1975).

Metodologias atuais têm tentado capturar a percepção das pessoas sobre os “reais” componentes da qualidade de vida urbana. Para tal, diversas variáveis de pesquisa (não apenas econômicas, mas também sociológicas, culturais e ambientais) foram e continuam sendo utilizadas. Indicadores outros também passaram a ser considerados. O domínio “condição econômica/índice de riqueza econômica” deixou de vigorar como centralidade. Domínios classificados como condições ambientais, condições materiais coletivas e sociedade também foram alçados à condição de protagonistas.

Nesse sentido, pode-se afirmar que sociedades e comunidades com elevados níveis de qualidade de vida urbana prescindem de áreas verdes, as quais, quando adequadamente cuidadas, beneficiam o ecossistema, a cidade e as pessoas muito positivamente.

Considerações finais

Tentamos discutir aqui o objeto de investigação Parque Florestal Antônio de Albuquerque, mais conhecido pela

denominação Horto Florestal, e os possíveis contributos deste espaço à população, visando que esta tenha ou consiga obter uma melhor qualidade de vida urbana. A referida reflexão, que não teve a pretensão de esboçar afirmações determinísticas, também procurou relacionar o Horto com a cidade de Campo Grande.

Conforme pensamos ter mostrado, o Horto Florestal é uma área verde de propriedade pública que congrega diversos equipamentos, anteriormente já listados e, parte deles, imagicamente aqui expostos. O referido local também pode ser descrito como um espaço urbano que promove a urbanidade e, mais do que isto, como um lugar de convivência que fomenta e pode aprimorar, dentre outras situações, a qualidade de vida urbana entre moradores, cidadãos, transeuntes, turistas e estudantes, sobretudo das séries iniciais, pois estes se valem das instalações, especialmente da biblioteca infanto-juvenil nele existente, onde desenvolvem inúmeras atividades de lazer, recreação e ensino-aprendizagem, elementos bastante úteis à formação de uma cidadania substantiva.

A diversidade de funções que o Parque Florestal possibilita à cidade de Campo Grande é digna de nota. Esse ambiente não figura apenas como um Parque Florestal, visto que agrega qualidade de vida urbana para os moradores da cidade e, também, para os que o visitam. Observamos, por meio deste trabalho, que o Parque Florestal possui pista de caminhada, biblioteca pública acessível a todos, aparelhos de ginástica ao ar livre, etc., dentre outros benefícios proporcionados aos indivíduos que procuram o local.

Constatou-se que esta área verde foi reabilitada e na atualidade congrega outras funções à cidade, trazendo vida ao entorno, paz e tranquilidade às pessoas residentes em ambiente urbano. As áreas verdes e os parques podem ser pensados como uma tendência mundial. Esses espaços oferecem aos indivíduos momentos saudáveis e beneficiam a convivência entre familiares e amigos. Uma garantia de presença de usuários circulando o dia inteiro será possível através de políticas públicas a serem implantadas pelos governantes e, ainda, setores da sociedade, sendo necessário melhorar a acessibilidade, concluindo as reformas iniciadas, as quais deverão disponibilizar acesso à internet, reforço da segurança interna do parque e maior número de atividades dentro do espaço.

No decorrer deste trabalho, esperamos ainda ter demonstrado que não existe o que, por vezes, poderia ser chamado de um “único” modelo a ser seguido para a edificação plena do desenvolvimento local. Muito menos que uma “única” estrutura de desenvolvimento, no

sentido de estática e inquestionável, possa ser exposta a mais “correta”. Antes, existem experiências e práticas salutaras, hoje consideradas em determinados grupos e ambientes como adequadas, e normas e diretrizes concebidas como necessárias e, até certo ponto, indispensáveis à obtenção de uma vida mais equilibrada em sociedade.

Visto assim, o desenvolvimento local é um estilo e uma mentalidade em constante construção, aberto a reformulações e revisionismos. Nessa linha de pensamento, as áreas verdes podem ser entendidas como situações fundamentais para a existência de cidades com qualidade de vida urbana. Foi nessa dimensão que tentamos pensar a validade de uma área verde na região central da cidade de Campo Grande, relacionando-a com os contributos da qualidade de vida urbana, os quais foram por nós pensados como elementos benéficos à população da urbe e ao ecossistema no qual ela está inserida.

Referências

BARGOS, Danúbia Caporusso; MATIAS, Lindon Fonseca (2011). Áreas verdes urbanas: um estudo de revisão e proposta conceitual. *Revista Brasileira de Arborização Urbana*, Piracicaba, v. 6, n. 3, p. 172-188.

BORJA, Jordi (2003). *La ciudad conquistada*. Madrid: Alianza Editorial.

BRASIL (União) (2012). Conselho Nacional de Saúde. *Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012*. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

_____. (2015). *Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm>. Acesso em: 20 nov. 2015.

_____. (2016). *Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm>. Acesso em: 16 mar. 2016.

BUCKERIDGE, Marcos (2015). Árvores urbanas em São Paulo: planejamento, economia e água. *Estudos avançados*, v. 29, n. 84, USP, maio/ago.

CAMPO GRANDE (Município) (2015). Fundação Municipal de Cultura. *Horto Florestal*. Disponível em: <<http://www.pmcg.ms.gov.br/fundac/>>. Acesso em: 19 set. 2015.

_____. (2016). *Lei Complementar n. 161, de 20 de julho de 2010*. Disponível em: <http://www.sglweb.com.br/sgl005ms_consulta2/lex_6.lbsp#top>. Acesso em: 23 jul. 2016.

- _____ (2016b). *Lei n. 518, de 05 de abril de 1957*. Disponível em: <http://www.sglweb.com.br/sglweb4_cm005ms/arquivos_upload/lei/518.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2016.
- _____ (2016c). *Lei n. 848, de 02 de outubro de 1963*. Disponível em: <http://www.sglweb.com.br/sglweb4_cm005ms/arquivos_upload/lei/848.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2016.
- _____ (2016d). *Resolução n. 131, de 11 de abril de 1927*. Disponível em: <http://www.sglweb.com.br/sglweb4_cm005ms/arquivos_upload/historicas/res131_1927.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2016.
- _____ (2017). Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia. *City Tour*. Disponível em: <<http://www.pmcg.ms.gov.br/sedesc/>>. Acesso em: 19 set. 2017.
- CARBALLO, Marita; MORENO, Alejandro (Orgs.) (2013). *El cambio de valores en América Latina*. Hallazgos de la Encuesta Mundial de Valores. México: CESOP/ITAM.
- CUNHA, Marcos André da Silva (2015). *Parque Florestal Antônio de Albuquerque, Campo Grande*, set. 2015. Diversas fotografias. Fotos apresentadas no Projeto: Parque Florestal Antônio de Albuquerque: sua importância para a população campo-grandense.
- _____ (2016). *Dinâmica climática nas áreas externas e internas do Parque Florestal Antônio de Albuquerque, Campo Grande*, mar. 2016. Pesquisa in loco no Parque Florestal Antônio de Albuquerque.
- FACHIN, Odília (2001). *Fundamentos de metodologia*. São Paulo: Saraiva.
- FERNANDES, Ana Cristina Teixeira Dias (2016). *Metodologias de avaliação da qualidade dos espaços públicos*. 2012. 191 f. Dissertação (Mestrado Integrado em Engenharia Civil – Especialização em Planejamento) – Departamento de Engenharia, Faculdade de Engenharia, Universidade do Porto (UP), Porto, 2012. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/68407/1/000154929.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2016.
- FERRAZ, Caio Silva; ABREU, Luana de; SCARPELINI, Joana (2015). “ENTRE RIOS”: a urbanização de São Paulo. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Fwh-cZfWNIc>>. Acesso em: 20 nov. 2015.
- FIBGE (2015). *Censo demográfico 2010. Ranking arborização*. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/.../00000008984005122012401025672549.xls>. Acesso em: 20 dez. 2015.
- FIGUEIREDO, Arnaldo Estevão de (1926). *Relatório apresentado...* São Paulo/Cayeiras/Rio: Companhia Melhoramentos de S. Paulo.
- FUNDAC (2015). Fundação Municipal de Cultura. *Horto Florestal*. Disponível em: <http://www.pmcg.ms.gov.br/fundac/canaisTexto?id_can=896>. Acesso em: 20 nov. 2015.
- GOFFMAN, Erving (1975). *A representação do eu na vida cotidiana*. Rio de Janeiro: Vozes.
- HARVEY, David (2016). O direito à cidade. *Revista Lutas sociais*, São Paulo, PUC-SP, n. 29, p. 73-89, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://www4.pucsp.br/neils/downloads/neils-revista-29-port/david-harvey.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2016.
- HENRIQUE, Wendel (2009). *O direito à natureza na cidade*. Salvador: UFBA.
- LOMBARDO, Magda Adelaide (1985). *Ilha de calor nas metrópoles: o exemplo de São Paulo*. São Paulo: Hucitec.
- LÖWY, Ilana (1992). The strength of loose concepts: boundary concepts, federative experimental strategies and disciplinary growth: the case of immunology. *History of Science*, v. 30, p. 371-396.
- MACEDO, Silvio Soares; SAKATA, Francine Gramacho (2003). *Parques urbanos no Brasil / Brazilian Urban Parks*. São Paulo: USP.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria (2001). *Metodologia do trabalho científico*. 6. ed. São Paulo: Atlas.
- MARTINOTTI, Guido (1998). La qualità della vita. In: NUVOLATI, Giampaolo. *La qualità della vita urbana. Metodi e risultati delle ricerche*. Milano: Franco Angeli.
- MELLO, João Baptista Ferreira de (2016). Símbolos dos lugares, dos espaços e dos “deslugares”. *Revista Espaço e Cultura*, Rio de Janeiro, UERJ, p. 167-174, dez. 2008. Edição Comemorativa 1993-2008. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/6145/4417>>. Acesso em: 23 jul. 2016.
- NAHAS, Maria Inês Pedrosa (2015). *Indicadores intra-urbanos como instrumentos de gestão da qualidade de vida de vida urbana em grandes cidades: discussão teórico metodológica*. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/ep-dir/images/docs/paper51.pdf>>. Acesso em: 06 out. 2015.
- NO Horto Florestal o Centro Cultural de Campo Grande

- (1979). *Grifo, Campo Grande*, Editora Matogrossense, p. 12, jun. 1979.
- PLANURB (2015). Instituto Municipal de Planejamento Urbano. *Parques*. Campo Grande-MS.
- REVISTA ARCA (2003). Arquivo Histórico de Campo Grande. *Campo Grande*, n. 9.
- RYKWERT, Joseph (2004). *A sedução do lugar: a história e o futuro da cidade*. São Paulo: Martins Fontes.
- SACHS, Ignacy (2004). *Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond.
- SACHS, Wolfgang (Ed.) (2000). *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis: Vozes.
- SANTOS, Frederico Kochhann dos (2015). *Sexo e faixa etária das pessoas entrevistadas no Parque Florestal Antônio de Albuquerque, Campo Grande*, set. 2015. Diversas informações. Informações apresentadas no Projeto: Parque Florestal Antônio de Albuquerque: sua importância para a população campo-grandense.
- SEMADUR (2016). Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano. *Mapoteca*. Disponível em: <<http://www.capital.ms.gov.br/semadur/mapoteca>>. Acesso em: 26 out. 2016.
- SETIÉN, María Luisa (1993). *Indicadores sociales de calidad de vida*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas.
- SOMEKH, Nadia (2010). A construção social da cidade: desenvolvimento local e projetos urbanos. In: DOWBOR, Ladislau; POCHMANN, Marcio. *Políticas para o desenvolvimento local*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania.
- STAKE, Robert E (2001). The case study method in social inquiry. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. *The American tradition in qualitative research*. Thousand Oaks: Sage Publications, v. II.
- UNICEF (2016). Fundo das Nações Unidas para a Infância. *Guia para a construção de cidades amigas das crianças*. Set. 2016. Disponível em: <http://www.unicef.pt/CAC_Guia.pdf>. Acesso em: 16 out. 2016.
- VANIER, Martin (1998). Quel pouvoir économique pour les pouvoirs territoriaux? *La Pensée*. Paris, n. 314, p. 91-108, avr./juin.
- WEINGARTNER, Gutemberg dos Santos (2008). *A construção de um sistema: os espaços livres públicos de recreação e de conservação em Campo Grande, MS*. 2008. 192 f. Tese (Doutorado em Paisagem e Ambiente) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16135/tde-14012010-150527/>>. Acesso em: 12 set. 2015.
- YIN, Robert (2015). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 5. ed. Porto Alegre: Bookman.